

Intervenção proferida pelo  
Deputado Regional Duarte  
Freitas no Plenário de  
Fevereiro de 2010

Exmo. Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Membros do governo

As doenças neoplásicas constituem a segunda causa de morte a nível mundial, assumindo preocupação prioritária na área da saúde pública.

Em Portugal, o cancro é também a segunda causa de morte.

Nos Açores não existem dados actualizados sobre a incidência do cancro.

Os últimos dados conhecidos divulgados pelo Registo Oncológico dos Açores referem-se ao período de 2000 a 2002 e foram publicados em 2008.

**Contudo, já nesses dados se constatava que a Região Autónoma dos Açores apresentava a maior taxa de incidência de casos de cancro da população portuguesa.**

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Os registos oncológicos são importantes instrumentos de conhecimento da evolução do cancro e meios de monitorização e controlo dos programas de rastreio.

A verdade é que, frequentemente, se ouve falar sobre novos casos de cancro em cada uma das nossas terras, muitas vezes com um tom emotivo e até especulativo que confunde as pessoas e prejudica o desejado rigor com que deve ser tratada a informação relacionada com um assunto tão delicado.

O conhecimento preciso da realidade permitiria evitar especulações e alarmismos, mas sobretudo possibilitaria compreender e planear de melhor forma a actuação de todos os agentes políticos e técnicos no combate ao cancro.

Aliás, a caracterização de um problema de saúde numa comunidade é essencial para estudar estratégias para o resolver ou atenuar, assumindo não só importância científica na área da Saúde Pública, mas contribuindo também como argumento de actuação por parte das autoridades competentes.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Srs. Membros do Governo

Recentemente tem vindo a ser desenvolvidos projectos de investigação na Ilha do Pico por alunos de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa, coordenados pelos Professores Doutores Jorge Torgal e Luís Nunes.

Alguns desses estudos esperam publicação no *European Journal of Public Health*, o que confirma todo o seu interesse e credibilidade.

Um dos estudos visou caracterizar em termos epidemiológicos os casos de cancro na Ilha do Pico entre 1998 e 2008.

É pois o estudo mais recente, com dados mais abrangentes e o mais exaustivo que já se efectuou para esta realidade, até porque o levantamento foi efectuado caso a caso, com informações cruzadas entre os dados dos Centros de Saúde, dos Gabinetes de Acção Local, do Núcleo dos Açores da Liga Portuguesa Contra o Cancro e do Registo Oncológico Regional.

**Dessa investigação conclui-se, desde logo, que existem dados díspares entre o que está no Registo Oncológico Regional e o que consta do levantamento feito caso a caso, processo a processo, conferindo as várias fontes, desde o Rora aos Centros de Saúde, até às Certidões de Óbito.**

**Constata-se no estudo que, no período de 1998 a 2008, foi apurada a existência de 1037 casos de cancro na Ilha do Pico. Destes, apenas cerca de 800 constavam das listas do Rora.**

**Estes 1037 casos de cancro, implicam uma incidência de 6,45 casos por mil que comparam com**

**uma média regional de 3,94 por mil referenciados nos dados disponíveis do Rora que se reportam ao período de 2000 a 2002, sendo que, nesse período na Ilha do Pico, os dados do estudo apontam para cerca se 5,20 casos por mil habitantes, o que revela um crescimento das taxas de incidência, que o estudo documenta, e uma subavaliação do Rora, que o estudo infere.**

Senhoras e Senhores

**Estas informações fazem ressaltar duas questões em concreto:**

**Em primeiro lugar, a preocupação com a incidência extraordinária que as doenças cancerígenas têm na Ilha do Pico;**

**Em segundo lugar, a premência em melhorar os dados de base acerca desta doença pois que a situação real em outras ilhas pode acabar por ser pior do que se estima, como se veio a comprovar com a investigação exaustiva efectuada na Ilha do Pico.**

Manifesta-se pois a necessidade de se reforçar o sistema de informação de saúde de modo a que os serviços

de saúde conheçam, global e totalmente, os doentes com esta patologia, de modo a serem estabelecidas medidas integradas de apoio - ao nível da saúde, da segurança social, das misericórdias e da comunidade em geral - aos doentes e às suas famílias.

Ressalta também a necessidade de investir ainda mais nas medidas de prevenção primária do cancro, que pretendem evitar a sua ocorrência, e que têm que ver com comportamentos e estilos de vida, desde o álcool, ao tabaco, ao exercício físico, ao sedentarismo, à obesidade, sendo certo que prevenção primária não é uma competência exclusiva da Saúde, antes da comunidade, envolvendo todos actores diversos como a Escola, o Poder Local e o Poder Regional.

Se não houver intervenções a este nível, o cancro irá continuar a aumentar - porque as pessoas são mais velhas, os jovens continuam a fumar e a beber e, nalguns casos, cada vez mais cedo - e a intervenção das entidades publicas, por melhor que seja não pode limitar-se ao diagnóstico precoce e rastreio - a prevenção secundária; e à referenciação e tratamento dos doentes - a prevenção terciária.

A concluir

Julgo ser imprescindível um estudo profundo, com dados tempestivos e globais, de modo a que se possam implementar estratégias baseadas na evidência para a prevenção, detecção precoce e actuação, tendo por objectivo melhorar o acesso e a qualidade dos cuidados de saúde oncológicos.

Este combate tem de partir do conhecimento profundo da realidade que facilite e impulsione a análise das causas, contribuindo para uma melhor prevenção, rastreio e detecção, até aos meios mais eficazes de tratamento.

Aliás o Programa Regional de Prevenção e Controlo das Doenças Oncológicas refere que a “integração dos dados obtidos nos rastreios e no Rora, com as informações investigacionais obtidas, e ainda com as múltiplas variáveis fornecidas pelas bases de dados hospitalares, permitirá análises mais aprofundadas da realidade local, permitindo uma melhoria no planeamento da saúde.”

Haverá muito a fazer, mas é incontornável começar por conhecer a realidade que se quer influenciar para se poder ser eficiente nas políticas públicas, garantindo que os investimentos sejam consequentes e integrados verdadeiramente em estratégias sustentadas.

Com este alerta fica aqui um contributo para tal numa das matérias que mais preocupam os nossos cidadãos.

Disse

Horta, Sala das Sessões, 10 de Fevereiro de 2010